



Universidade do Minho

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL REF.^a CPI-USGCI-10/2025 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA UNIVERSIDADE DO MINHO

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1^a

Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual em assunto que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho, em conformidade com as especificações técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos.

2 – O presente procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) **Lote 1.** Aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho em Gualtar, incluindo hortas comunitárias e centro da cidade de Braga;
- b) **Lote 2.** Aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho em Azurém
- c) **Lote 3.** Aquisição de serviços de manutenção e conservação de jardins da Universidade do Minho.

3 – Fazem ainda parte integrante do presente Caderno de Encargos as peças desenhadas constantes no Anexo I.

Cláusula 2^a

Contrato

1 – O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.

2 – Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.

5 – Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.



Universidade do Minho

Cláusula 3ª

Prazo

1 – O contrato tem a duração inicial de **12 (doze) meses**, a contar da data da sua entrada em vigor, e salvo oposição de qualquer uma das partes, considera-se automática e sucessivamente renovado por igual período de tempo, até ao limite de **24 (vinte e quatro) meses**, correspondente a 1 (uma) renovação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da respetiva cessação.

2 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o(s) contrato(s) entra(m) em vigor no dia seguinte à data da respetiva celebração.

3 – O contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes da data prevista para o término do(s) contrato(s) que, com o mesmo objeto principal, se encontre(m) em vigor, exceto se o valor do(s) referido(s) contrato(s) for consumido antes dessa data:

Contrato	Data de fim
Lote 1	19-09-2025
Lote 2	19-09-2025
Lote 3	19-09-2025

4 – Para os efeitos previstos no número um, qualquer uma das partes se poderá opor à renovação automática do contrato, mediante comunicação à outra parte, por meio de carta registada com aviso de receção, com uma antecedência não inferior a 90 (noventa) dias da data em que renovação opera.

5 – Findo o primeiro ano de vigência do contrato, a respetiva denúncia pode ser efetuada a qualquer momento pela UMinho, desde que seja precedida de notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data do termo pretendida.

Cláusula 4ª

Local da prestação de serviços

A prestação dos serviços deverá ser executada nas instalações da Universidade do Minho, nomeadamente:

- a) Campus de Gualtar, incluindo hortas comunitárias, em Braga;
- b) Campi de Azurém e Couros, em Guimarães;
- c) Edifícios do centro de Braga:
 - . Largo do Paço;
 - . Edifício dos Congregados;
 - . Museu Nogueira da Silva;
 - . Arquivo Distrital de Braga.

Cláusula 5ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Executar as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, em conformidade com as normas aplicáveis nesta matéria e as especificações técnicas do presente caderno de encargos;
- b) Ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
- c) Comunicar à UMinho a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- d) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela UMinho ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 10 (dez) dias úteis, nas situações normais e 3 (três) dias úteis nas situações urgentes;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à UMinho, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;



Universidade do Minho

- f) Comunicar, antecipadamente, à UMinho, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
 - g) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de prestação de serviços, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
 - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão;
- 2 – O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

Cláusula 6ª

Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 7ª

Objeto e prazo do dever de sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Minho, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso do Universidade do Minho.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela Universidade do Minho, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

A qualquer momento, a UMinho pode solicitar informação ou proceder à fiscalização da qualidade dos serviços prestados, bem como do cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

Cláusula 9ª

Regulamento de Proteção de Dados

- 1 – O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.
- 2 – O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Minho ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido



expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Minho ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

3 - O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Minho contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

4 - As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

5 - O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.

6 - O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Minho qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.

7 - O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Minho vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

Cláusula 10ª

Preço Base

1 - O preço base é estabelecido em **295.000,00€** (duzentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se propõe pagar por todas as prestações objeto do contrato, **incluindo as eventuais renovações**, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 - O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que compõem o respetivo lote, incluindo as renovações do contrato, corresponde aos seguintes valores acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	PREÇO BASE
Lote 1	125.000,00€ (cento e vinte e cinco mil euros)
Lote 2	130.000,00€ (cento e trinta mil euros)
Lote 3	40.000,00€ (quarenta mil euros)

Cláusula 11ª

Preço contratual e condições de pagamento

1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a Universidade do Minho deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade do Minho, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - As quantias devidas pela Universidade do Minho devem ser pagas mensalmente no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, que só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.

4 - Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no primeiro dia do mês seguinte à prestação dos serviços a que respeita.



5 – Em caso de discordância por parte da Universidade do Minho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 – Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

7- Só serão devidos os valores referentes aos serviços efetivamente prestados, registados e validados pela UMinho, designadamente, pelo(s) gestor(es) do(s) contrato(s).

Cláusula 12.^a

Regime de contrato de trabalho dos trabalhadores à execução do contrato

1 - O adjudicatário fica, também, obrigado a cumprir o disposto no artigo 419.º - A do CCP, em matéria de regime de contrato de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do contrato, designadamente:

- a) Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja superior a um ano devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
- b) Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato.

2 - A obrigação referida na alínea a) do número 1 não é aplicável a trabalhadores:

- a) Com contrato a termo de substituição, celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
- b) Que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

3 - O adjudicatário é inteiramente responsável por assegurar o cumprimento destas obrigações legais, em conformidade com o disposto no artigo 419.º - A do CCP, por remissão do número 2 do artigo 451.º do mesmo diploma.

4 – Nos termos estabelecidos na alínea f) do artigo 456.º do CCP, a contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º - A do CCP constitui contraordenação muito grave, punível com coima de (euro) 2000 a (euro) 3700 ou de (euro) 7500 a (euro) 44 800, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa coletiva.”

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

1 – O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à Universidade do Minho o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:

- c) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, até 0,1% do preço contratual, por cada dia de atraso.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade do Minho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3 – A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.

4 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Universidade do Minho decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 – Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

6 – Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

7 – A UMinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

8 – As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a UMinho exija uma indemnização pelo dano excedente.



Universidade do Minho

9 – Em caso de atraso da UMinho no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Cláusula 14ª

Gestor do contrato

1 – A UMinho procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela Universidade do Minho, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.

3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.

4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Minho, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

Cláusula 15ª

Revogação do contrato

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

Cláusula 16ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Minho pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

3 – Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere à Universidade do Minho, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 17ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 21.ª.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Minho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 18ª

Casos fortuitos ou de força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da



Universidade do Minho

celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.

2 – A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Minho, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do juízo de contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



Universidade do Minho

Parte II
Especificações Técnicas
Espaços Verdes
(Lote1/Lote2/Hortas Comunitárias)

Cláusula 1.^a

Tipologia dos espaços

Existem 2 tipologias de espaços, devidamente identificados no Anexos I, nomeadamente:

- a) Tipologia 1 – corresponde a espaços com sistema de rega automática e manual, que exigirão uma manutenção cuidada, obrigando a presença quinzenal das equipas de manutenção;
- b) Tipologia 2 – corresponde a espaços com prado de sequeiro, sem sistema de rega, por vezes com arbustos e árvores ou revestimentos com inertes, para os quais se prevê um corte trimestral.

Cláusula 2.^a

Área total

A área total correspondente à prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho é de, aproximadamente, 240.264,74 m², sendo que é possível discriminar a área de cada lote da seguinte forma:

Designação	Área Total (m2)	Localização	Desenhos	
Espaços Verdes	95.842,41	Braga Centro	Congregados	LOTE 1_BC.02_01-03
			Arquivo Distrital de Braga	LOTE 1_BC03_02-03
		Braga	Campus Gualtar	LOTE 1_CG_03-03
	139.422,33	Guimarães	Campus de Azurém	LOTE 2_CA_01-03
			Apartamentos Azurém	LOTE 2_CA20_02-03
			Campus Couros	LOTE 2_CC01_03-03
Hortas Comunitárias	5.000,00	Braga	Campus Gualtar	Hortas Comunitárias

Cláusula 3.^a

Variação da superfície de atuação

Se durante a execução do contrato se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixam de existir ou são reconvertidas para outros usos, a UMinho poderá incluir no objeto da prestação de serviços outras áreas que perfaçam a mesma área e que sejam da mesma tipologia.

Cláusula 4.^a

Equipamento

1 – A instalação, manutenção e fornecimento dos equipamentos adequados e necessários à prestação dos serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho são da inteira responsabilidade do adjudicatário, designadamente maquinaria, ferramentas e transportes.

2 – São igualmente da inteira responsabilidade do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação de serviços e a utilização dos equipamentos a que respeitem quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade.



Cláusula 5.^a

Horário dos serviços

- 1 – Os serviços serão prestados dentro do seguinte horário: das 7:00h às 20:00h.
- 2 – O adjudicatário poderá praticar outro horário, desde que autorizado pela UMinho e respeitando o estabelecido nas leis do trabalho e nos instrumentos de regulação coletiva aplicáveis ao setor.

Cláusula 6.^a

Pessoal

- 1 – O adjudicatário deverá dispor do pessoal necessário para cada tipologia de espaços, em qualquer época do ano, de forma a garantir uma boa execução dos serviços objeto do presente procedimento.
- 2 – O adjudicatário deverá fornecer à UMinho os seguintes elementos relativamente ao pessoal, por tipologia de espaços:
 - Identificação dos trabalhos envolvidos;
 - Função e categoria de cada operário.
- 3 – Qualquer alteração respeitante ao ponto anterior deverá ser comunicada à UMinho, através da apresentação dos elementos atualizados.
- 4 – O pessoal deverá ser dirigido por um técnico afeto à direção e organização dos trabalhos, de formação adequada e com especialização e capacidades suficientes para tomar todas as decisões necessárias à boa execução dos serviços objeto do presente procedimento.
- 5 – O adjudicatário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor, designadamente:
 - Encargos sociais, seguros de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, estragos causados pelo pessoal afeto à prestação e ainda quaisquer danos diretamente imputados ao mesmo, durante e em consequência da execução do serviço de vigilância e segurança.

Cláusula 7.^a

Material Vegetal

- 1 – O adjudicatário deverá fornecer todo o material vegetal ou outro para retanchas, ressementeiras, plantação, terras e fertilizantes.
- 2 – Todas as plantas a utilizar deverão ser exemplares novos, bem conformados e possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem, devendo ainda ser garantida a inexistência de problemas fitossanitários.
- 3 – As sementes pertencerão às espécies indicadas no respetivo plano de sementeira e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.

Cláusula 8.^a

Produtos químicos e fitossanitários

- 1 – Qualquer dos produtos químicos ou fitossanitários não pode ser utilizado sem a aprovação da UMinho.
- 2 – A aplicação destes produtos só deverá ser efetuada em horas de menor utilização do espaço pela população e de acordo com os diplomas legais aplicáveis a esta matéria.
- 3 – Só poderão ser utilizados produtos homologados, sem caráter residual, acompanhados de certificado ambiental e tendo como principal ativo o glifosato.

Cláusula 9.^a

Sinalização viária temporária

- 1 – O adjudicatário deverá dispor de material de sinalização e proteção, tais como barreiras de desvio de tráfego, sinais de trânsito temporários, pinos ou cones de demarcação, fita de delimitação e estacas.
- 2 – Este material deve ser em número suficiente para uma correta sinalização.



Cláusula 10.^a

Limpeza geral do jardim

- 1 – Todas as áreas ajardinadas, bem como pavimentadas, terão de apresentar **constantemente um aspeto geral limpo**, sem acumulações de Resíduos Sólidos Urbanos (papéis, latas, cartões, folhas velhas, etc.);
- 2 – Inclui-se nesta limpeza a remoção dos R.S.U. do interior de todas as papeleiras situadas na área do ajardinado;
- 4 – Para a prestação destes serviços, o adjudicatário poderá utilizar os meios que considere convenientes, manuais ou mecânicos, desde que os efetue com a frequência necessária;
- 5 – Todos os resíduos recolhidos, serão transportados para locais indicados pela UMinho, não sendo permitidos depósitos de R.S.U. fora desses locais.

Cláusula 11.^a

Rega dos relvados

- 1 – O adjudicatário deve efetuar a operação de rega sempre que as condições hídricas do solo o exigirem, adequando a frequência e intensidade necessárias, qualquer que seja a época do ano, de modo a manter o bom estado dos relvados.
- 2 – Os períodos do dia indicados para a rega são o princípio da manhã e o fim da tarde, sendo que no caso dos sistemas automáticos, a programação deve ser noturna.
- 3 – Quando a rega seja efetuada manualmente com mangueira, deve ser utilizado um espalhador tipo chuva, de modo a que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.
- 4 – Quando for efetuada uma sementeira, a rega imediata deverá fazer-se com as devidas precauções, de modo a evitar regas copiosas e dirigidas, de forma a não provocar arrastamentos de terras ou de sementes.
- 5 – O adjudicatário deve assegurar a rega nas áreas ajardinadas que não possuam sistemas de rega instalados ou estudar outras alternativas de rega, nos casos em que o sistema de rega existente nas áreas ajardinadas não esteja operacional.
- 6 – A conservação do sistema de rega será mantida pelo adjudicatário, incluindo a correta ativação/desativação nas alturas do ano indicadas, pelo que a reparação de roturas ou de outras anomalias deverá ser executada também pelo adjudicatário, no prazo máximo de 3 dias.
- 7 – Os equipamentos e consumíveis necessários para o efeito serão fornecidos pela UMinho.
- 8 – Nos sistemas de rega automática ou semiautomática deverão ser feitas pelo menos duas vistorias anuais, acompanhadas pela UMinho, uma no início da época das regas, outra no final das épocas, devendo ser emitido um relatório de vistoria que deverá ser enviado no prazo máximo de 15 dias.

Cláusula 12.^a

Corte dos relvados

- 1 – A altura da relva não deverá ultrapassar os **8 cm**, pelo que deverão ser efetuados **tantos cortes quantos os necessários** para que não seja ultrapassada a referida altura.
- 2 – As máquinas a utilizar devem ser adequadas às características de cada relvado.
- 3 – As roçadoras de mato com fio só deverão ser utilizadas para os acabamentos dos rebordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de maquinaria.

Cláusula 13.^a

Corte dos rebordos dos relvados

- 1 – Nos limites das áreas de relvado, e com o objetivo de que este não invada os caminhos ou canteiros, realizar-se-á, pelo menos três vezes por ano ou com periodicidade estabelecida pela UMinho, o corte dos rebordos dos relvados, utilizando uma pá francesa ou máquina própria para o efeito, arrancando a relva em excesso até às raízes.
- 2 – Para a proteção do colo de árvores e arbustos, devem ser tidas em conta as seguintes medidas cautelares:
 - a) Nos locais em que existam árvores plantadas no relvado, devem **ser feitas caldeiras distanciadas a 0,50m do colo da árvore e o corte dos rebentos** deve ter tratamento igual ao descrito anteriormente
 - b) No caso de as árvores ou os arbustos serem jovens, o colo deve **ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica**.



Cláusula 14.^a

Mondas

- 1 – A monda ou limpeza dos infestantes deverá fazer-se sempre que estes se tornem visíveis à superfície do relvado, **não sendo permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10% por m²**.
- 2 – Nos relvados implantados há mais de um ano, a monda poderá ser feita com herbicidas seletivos, sempre que estes garantam a sobrevivência das espécies semeadas e desde que essa aplicação seja aprovada, previamente, pela UMinho.
- 3 – Sempre que haja lugar à aplicação de herbicidas, o adjudicatário deverá colocar nos locais de aplicação uma placa com indicações da aplicação de produto químico e dos inconvenientes para as crianças e animais, bem como apresentar previamente à UMinho os certificados de homologação dos produtos a aplicar.

Cláusula 15.^a

Arejamento de profundidade e escarificação

- 1 – A operação de arejamento, que consiste na perfuração do solo do relvado, deverá ser efetuada com equipamento especial para o efeito.
- 2 – Os fragmentos resultantes desta operação deverão ser extraídos, enchendo os consequentes orifícios com uma mistura de areia do rio e turfa.
- 3 – Em terrenos pesados, esta operação deverá ser efetuada 2 vezes por ano (por exemplo, em outubro e abril).
- 4 – A operação de escarificação ou *verti cut* deverá ser feita também 2 vezes por ano (por exemplo, em março e novembro).

Cláusula 16.^a

Ressementeira

- 1 – Nas zonas do relvado que por má sementeira ou por desgaste posterior se apresentem “carecas”, deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de sementes utilizadas, tendo em atenção todos os cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado.
- 2 – Em zonas onde o ligamento de sementeiras seja difícil poderá a UMinho requerer a colocação de pasta de relva, cuja mistura deverá ser previamente aprovada por aquela.
- 3 – As sementes pertencerão às espécies indicadas no respetivo plano de sementeiras e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.
- 4 – Em casos de utilização da pasta de relva, deverá estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários.

Cláusula 17.^a

Tratamentos fitossanitários

- 1 – Os tratamentos fitossanitários deverão ser efetuados regularmente, com os produtos mais adequados do mercado, desde que homologados e aprovados pela UMinho.
- 2 – Em todas as aplicações de produtos fitossanitários devem ser registadas a data de aplicação, o produto aplicado, a dose e a sua concentração e as contraindicações.
- 3 – Deverá manter-se uma vigilância constante de maneira a que se efetuem os tratamentos necessários aquando o aparecimento de qualquer tipo de praga ou doença.
- 4 – Os locais sujeitos a tratamento devem ser devidamente assinalados e delimitados com placas e fitas avisadoras, bem visíveis para o público.

Cláusula 18.^a

Fertilização

Deverão ser feitas pelo menos duas adubações por ano, nomeadamente no Outono e na Primavera, com um adubo complexo específico para relvados, contendo macro e micronutrientes, de acordo com indicação dada pela UMinho ou mediante indicação fornecida por análise de solo da responsabilidade do adjudicatário.



Universidade do Minho

Cláusula 19.^a

Hortas Comunitárias

O caminho de acesso às hortas comunitárias deverá ser limpo 4 (quatro) vezes ao ano, como também deve ser prevista a limpeza de no máximo de 5 (cinco) talhões de hortas que se encontram desocupados.



Universidade do Minho

Especificações Técnicas

Jardins UMinho

Cláusula 20.^a

Área total

A área total correspondente à prestação de serviços de manutenção e conservação dos jardins da Universidade do Minho é de, aproximadamente, 3.825,00m² estando distribuído por:

Localização	Desenhos	
Braga Centro	Largo do Paço	JARDINS UMINHO_BC01_01-05
	Museu Nogueira da Silva	JARDINS UMINHO_BC04_03-05
	Edifício dos Congregados	JARDINS UMINHO_BC02_02-05
Braga	Campus de Gualtar	JARDINS UMINHO_CG_04-05
Guimarães	Campus de Azurém	JARDINS UMINHO_CA_05-05

Cláusula 21.^a

Variação da superfície de atuação

Se durante a execução do contrato se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixam de existir ou são reconvertidas para outros usos, a UMinho poderá incluir no objeto da prestação de serviços outras áreas que perfaçam a mesma área e que sejam da mesma tipologia.

Cláusula 22.^a

Equipamento

- 1 – A instalação, manutenção e fornecimento dos equipamentos adequados e necessários à prestação dos serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho são da inteira responsabilidade do adjudicatário, designadamente maquinaria, ferramentas e transportes.
- 2 – São igualmente da inteira responsabilidade do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação de serviços e a utilização dos equipamentos a que respeitem quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade.

Cláusula 23.^a

Horário dos serviços

- 1 – Os serviços serão prestados dentro do seguinte horário: das 7:00h às 20:00h.
- 2 – O adjudicatário poderá praticar outro horário, desde que autorizado pela UMinho e respeitando o estabelecido nas leis do trabalho e nos instrumentos de regulação coletiva aplicáveis ao setor.

Cláusula 24.^a

Pessoal

- 1 – O adjudicatário deverá dispor do pessoal necessário, em qualquer época do ano, de forma a garantir uma boa execução dos serviços objeto do presente procedimento.
- 2 – O adjudicatário deverá fornecer à UMinho os seguintes elementos relativamente ao pessoal, por tipologia de espaços:
 - Identificação dos trabalhos envolvidos;
 - Função e categoria de cada operário.
- 3 – Qualquer alteração respeitante ao ponto anterior deverá ser comunicada à UMinho, através da apresentação dos elementos atualizados.



4 – O pessoal deverá ser dirigido por um técnico afeto à direção e organização dos trabalhos, de formação adequada e com especialização e capacidades suficientes para tomar todas as decisões necessárias à boa execução dos serviços objeto do presente procedimento.

5 – O adjudicatário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor, designadamente:

- Encargos sociais, seguros de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, estragos causados pelo pessoal afeto à prestação e ainda quaisquer danos diretamente imputados ao mesmo, durante e em consequência da execução do serviço de vigilância e segurança.

Cláusula 25.^a

Material Vegetal

1 – O adjudicatário deverá fornecer **todo o material vegetal ou outro para retanchas, ressementeiras, plantação, tubagem, terras e fertilizantes.**

2 – Todas as plantas a utilizar deverão ser **exemplares novos**, bem conformados e possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem, devendo ainda ser garantida a inexistência de problemas fitossanitários.

3 – As sementes pertencerão às espécies indicadas no respetivo plano de sementeira e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.

Cláusula 26.^a

Produtos químicos e fitossanitários

1 – Qualquer dos produtos químicos ou fitossanitários não pode ser utilizado sem a aprovação da UMinho.

2 – A aplicação destes produtos só deverá ser efetuada em horas de menor utilização do espaço pela população e de acordo com os diplomas legais aplicáveis a esta matéria.

3 – Só poderão ser utilizados produtos homologados, sem caráter residual, acompanhados de certificado ambiental e tendo como principal ativo o glifosato.

Cláusula 27.^a

Sinalização viária temporária

1 – O adjudicatário deverá dispor de material de sinalização e proteção, tais como barreiras de desvio de tráfego, sinais de trânsito temporários, pinos ou cones de demarcação, fita de delimitação e estacas.

2 – Este material deve ser em número suficiente para uma correta sinalização.

Cláusula 28.^a

Limpeza geral do jardim

1 – Todas as áreas ajardinadas, bem como pavimentadas, **terão de apresentar constantemente um aspeto geral limpo**, sem acumulações de Resíduos Sólidos Urbanos (papéis, latas, cartões, folhas velhas, etc.);

2 – Inclui-se nesta limpeza a **remoção dos R.S.U.** do interior de todas as papelerias situadas na área do ajardinado;

3 – Tendo em conta a centralidade do edifício do Largo do Paço, as zonas pedonais e viárias, o Largo do Paço e o chafariz, **terão de apresentar constantemente um aspeto limpo, tendo o adjudicatário sempre que necessário proceder à lavagem e remoção de ervas daninhas;**

4 – Para a prestação destes serviços, o adjudicatário poderá utilizar os meios que considere convenientes, manuais ou mecânicos, desde que os efetue com a frequência necessária;

5 – Todos os resíduos recolhidos, serão transportados para locais indicados pela UMinho, não sendo permitidos depósitos de R.S.U. fora desses locais.

6 – No Edifício Museu Nogueira da Silva, todos os resíduos verdes resultantes (ramos de podas, folhas) devem ser devidamente triturados. A trituração e o respetivo equipamento são da responsabilidade do adjudicatário, devendo o processo ser cuidadosamente agendado para minimizar qualquer impacto na visita do público ao espaço.



Cláusula 29.^a

Rega dos relvados

- 1 – O adjudicatário deve efetuar a operação de rega sempre que as condições hídricas do solo o exigirem, adequando a frequência e intensidade necessárias, qualquer que seja a época do ano, de modo a manter o bom estado dos relvados.
- 2 – Os períodos do dia indicados para a rega são o princípio da manhã e o fim da tarde, sendo que no caso dos sistemas automáticos, a programação deve ser noturna.
- 3 – Quando a rega **seja efetuada manualmente com mangueira, deve ser utilizado um espalhador tipo chuveiro**, de modo a que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.
- 4 – Quando for efetuada uma sementeira, a rega imediata deverá fazer-se com as devidas precauções, de modo a evitar regas copiosas e dirigidas, de forma a não provocar arrastamentos de terras ou de sementes.
- 5 – O adjudicatário deve assegurar a rega nas áreas ajardinadas que não possuam sistemas de rega instalados ou estudar outras alternativas de rega, nos casos em que o sistema de rega existente nas áreas ajardinadas não esteja operacional.
- 6 – A conservação do sistema de rega será mantida pelo adjudicatário, incluindo a correta ativação/desativação nas alturas do ano indicadas, pelo que a reparação de roturas ou de outras anomalias deverá ser executada também pelo adjudicatário, no prazo máximo de 3 dias.
- 7 – Os equipamentos e consumíveis necessários para o efeito serão fornecidos pela UMinho.
- 8 – Nos sistemas de rega automática ou semiautomática deverão ser feitas pelo menos duas vistorias anuais, acompanhadas pela UMinho, uma no início da época das regas, outra no final das épocas, devendo ser emitido um relatório de vistoria e enviado no prazo máximo de 15 dias.

Cláusula 30.^a

Corte dos relvados

- 1 – A altura da relva não deverá ultrapassar os **5 cm**, pelo que deverão ser efetuados tantos cortes quantos os necessários para que não seja ultrapassada a referida altura.
- 2 – As máquinas a utilizar devem ser adequadas às características de cada relvado.
- 3 – As roçadoras de mato com fio só deverão ser utilizadas para os acabamentos dos rebordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de maquinaria.

Cláusula 31.^a

Corte dos rebordos dos relvados

- 1 – Nos limites das áreas de relvado, e com o objetivo de que este não invada os caminhos ou canteiros, realizar-se-á, pelo menos uma vez por mês ou com periodicidade estabelecida pela UMinho, o corte dos rebordos dos relvados, utilizando uma pá francesa ou máquina própria para o efeito, arrancando a relva em excesso até às raízes.
- 2 – Para a proteção do colo de árvores e arbustos, devem ser tidas em conta as seguintes medidas cautelares:
 - a) Nos locais em que existam árvores plantadas no relvado, devem ser feitas caldeiras distanciadas a 0,50m do colo da árvore e o corte dos rebentos deve ter tratamento igual ao descrito anteriormente
 - b) No caso de as árvores ou os arbustos serem jovens, o colo deve ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica.

Cláusula 32.^a

Mondas

- 1 – A monda ou limpeza dos infestantes deverá fazer-se sempre que **estes se tornem visíveis** à superfície do relvado, não sendo permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a **5% por m²**.
- 2 – Sempre que haja lugar à aplicação de herbicidas, o adjudicatário deverá colocar nos locais de aplicação uma placa com indicações da aplicação de produto químico e dos inconvenientes para as crianças e animais, bem como apresentar previamente à UMinho os certificados de homologação dos produtos a aplicar.



Universidade do Minho

Cláusula 33.^a

Arejamento de profundidade e escarificação

- 1 – A operação de arejamento, que consiste na perfuração do solo do relvado, deverá ser efetuada com equipamento especial para o efeito.
- 2 – Os fragmentos resultantes desta operação deverão ser extraídos, enchendo os consequentes orifícios com uma mistura de areia do rio e turfa.
- 3 – Em terrenos pesados, esta operação deverá ser efetuada 2 vezes por ano (por exemplo, em outubro e abril).
- 4 – A operação de escarificação ou *verti cut* deverá ser feita também 2 vezes por ano (por exemplo, em março e novembro).

Cláusula 34.^a

Ressementeira

- 1 – Nas zonas do relvado que por má sementeira ou por desgaste posterior se apresentem “carecas”, deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de sementes utilizadas, tendo em atenção todos os cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado.
- 2 – Em zonas onde o ligamento de sementeiras seja difícil poderá a UMinho requerer a colocação de pasta de relva, cuja mistura deverá ser previamente aprovada por aquela.
- 3 – As sementes pertencerão às espécies indicadas no respetivo plano de sementeiras e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.
- 4 – Em casos de utilização da pasta de relva, deverá estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários.
- 5 – A substituição de plantas de época deverá ocorrer 3 vezes por ano, bem como a plantação e replantação do buxo sempre que necessário.
- 6 – As plantas das floreiras das sinaléticas (6 (seis) floreiras conforme imagem anexa) deverão ser repostas sempre que necessário.

Cláusula 35.^a

Tratamentos fitossanitários

- 1 – Os tratamentos fitossanitários deverão ser **efetuados regularmente**, com os produtos mais adequados do mercado, desde que homologados e aprovados pela UMinho.
- 2 – Em todas as aplicações de produtos fitossanitários devem ser registadas a data de aplicação, o produto aplicado, a dose e a sua concentração e as contraindicações.
- 3 – Deverá manter-se uma vigilância constante de maneira a que se efetuem os tratamentos necessários aquando o aparecimento de qualquer tipo de praga ou doença.
- 4 – Os locais sujeitos a tratamento devem ser devidamente assinalados e delimitados com placas e fitas avisadoras, bem visíveis para o público.

Cláusula 36.^a

Fertilização

Deverão ser feitas pelo menos **duas adubações por ano**, nomeadamente no Outono e na Primavera, com um adubo complexo específico para relvados, contendo macro e micronutrientes, de acordo com indicação dada pela UMinho ou mediante indicação fornecida por análise de solo da responsabilidade do adjudicatário.